

Em pauta, dinheiro para saúde

Parte da arrecadação de União, estados e municípios será vinculada ao setor

Isabel de Paula

BRASÍLIA

O Governo fecha hoje sua proposta definitiva de financiamento permanente para a área de saúde em reunião, no Palácio do Planalto, com o presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Saúde, José Serra, e os ministros da área econômica. A proposta incluirá a prorrogação da vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) para 1999 ou até o ano 2000. Outro ponto da proposta, que deverá ser encaminhada ainda este mês ao Congresso e votada até maio, é a exigência de vinculação de parte da arrecadação de União, estados e municípios para a saúde, assim como já ocorre com a educação. Estados e municípios começariam, em 1999, a contribuir com 10% de suas receitas em saúde, mas ao final de cinco anos teriam de aplicar no mínimo 12% (estados) e 15% (municípios). Técnicos do Governo calculam que, com isso, será possível aumentar os investimentos globais em saúde em R\$ 1 bilhão ao ano.

Se a proposta for aprovada, técnicos do Governo calculam que os três níveis estarão investindo R\$ 35 bilhões em saúde daqui a cinco anos. O investimento federal deverá saltar de R\$ 19,5 bilhões este ano para R\$ 22 bilhões até lá. Tanto otimismo se deve ao fato de, pela primeira vez, a equipe econômica ter-se aliado ao Ministério da Saúde na luta pela vinculação de verbas para o setor. Com o empenho decisivo de Serra, que era contra a vinculação quando ocupava o Ministério do Planejamento, o Governo pretende agora agilizar a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 169, de autoria do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), com algumas modificações.

Percentuais aumentariam ano a ano

Uma das novidades é a implantação escalonada dos percentuais de vinculação (10% no primeiro ano, 11% no segundo e 12% no terceiro) e a fixação de um prazo, provavelmente de dez anos, para a vigência das novas regras. Esses dois mecanismos devem ser incluídos na PEC para facilitar a negociação com estados, municípios e com o Congresso. Para garantir o investimento federal de R\$ 20 bilhões em 99, o Governo também terá que decidir hoje o futuro da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que garante R\$ 7 bilhões ao ano aos cofres do Tesouro. Um dos técnicos que acompanham a negociação afirmou ontem que a transformação da CPMF em imposto permanente está descartada, mas o Governo deverá optar pela sua extensão por mais um ou dois anos, até a aprovação da reforma tributária.

A palavra final sobre o destino da CPMF será do Ministério da Fazenda, que tem como principal negociador o secretário-executivo Pedro Parente. O Governo tem pressa em aprovar o projeto porque precisa saber quais as fontes fixas para a saúde antes de enviar a proposta orçamentária de 99 para o Congresso. Se a emenda for aprovada como está, os municípios passarão a investir já no próximo ano cerca de R\$ 3,5 bilhões em saúde. Os estados entrariam com mais R\$ 6 bilhões, totalizando R\$ 9,5 bilhões em aplicações nos dois níveis. Ainda não está decidido, no entanto, quais os impostos federais que passarão a ser vinculados ao setor de saúde.

Hoje, Serra acha vinculação essencial

A aprovação da vinculação de receitas para a saúde será um dos projetos prioritários de Serra neste primeiro semestre. Para convencer parlamentares, governadores e prefeitos da necessidade da vinculação, Serra argumentará que esta é a única forma de corrigir desequilíbrios regionais e pôr fim à desconfiança mútua existente entre os três níveis de Governo. Serra disse ao GLOBO que hoje, como não há garantia da aplicação dos três níveis prevalece um jogo de empurra que acaba prejudicando o setor.

— Se o Governo Federal aumenta um real da transferência para estados e municípios, existe sempre a possibilidade que um estado ou município encolha sua contribuição em um real. O único jeito de manter-se as proporções e ter maior credibilidade entre as esferas de Governo é estabelecer a vinculação que permita a elas uma certa estabilidade nas receitas que provém dos outros — disse Serra.

O Governo federal reclama que há estados, como o Paraná, que investem menos de 5% em saúde embora recebam um dos mais altos repasses *per capita* do Ministério da Saúde, que é de R\$ 70 por habitante ao ano. São Paulo, que tem o maior parque tecnológico na área de saú-



JOSÉ SERRA: seu trânsito junto à área econômica ajudou a que a proposta de um financiamento permanente para a área da saúde fosse aceita

de, investe mais de 8% e recebe o mesmo *per capita*.

A maioria dos municípios já investe em torno de 10% em saúde e, por isso, o Governo federal propõe o aumento da contrapartida deles, passando para 15%. O Governo também promete complementar os investimentos em saúde para municípios que tiverem receita insuficiente, assim como foi feito com lei do Fundo de

Valorização do Ensino Fundamental.

O deputado Eduardo Jorge, autor da proposta de vinculação para a saúde, acha que, apesar de ser ano eleitoral, o Governo federal tem todas as condições para aprovar a emenda no Congresso. Eduardo Jorge ressaltou que, desde o PT até o PFL, todos apóiam sua emenda e que a maior resistência, que era da área econômica do Governo, já foi quebrada

com a entrada de Serra no Ministério da Saúde. Ele defendeu os dois mecanismos de flexibilização incluídos na proposta como pontos positivos para facilitar a negociação.

— Um município que investe hoje 5% em saúde não pode ser apanhado de surpresa de uma hora para a outra com a vinculação de 15%. Por isso, é importante o escalonamento — explicou. ■

Ailton de Freitas/4-9-97